



ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER CIENTÍFICO E CULTURAL

PROJECTO PATRIMÓNIO

Nº2 Julho 1995

Director: José Antunes da Silva

EDITORIAL

“A água tudo lava”, diz o povo. Talvez... Será nessa esperança que alguém decidiu juntar tantos milhões de litros sobre uma fractura tectónica, submergindo um património cultural reclamado como mundial e destruindo instalações vitivinícolas ímpares que vão deixar no desemprego centenas de trabalhadores?

A ocultação destas afrontas exigiria muito mais água que a da barragem do Côa, mas não nos dispensa, a todos nós, de intervenções decididas para cuja fundamentação este número do Boletim Projecto Património se propõe contribuir.

Antunes da Silva

ÍNDICE

Foz Côa: um santuário natural - José Mattoso	página 3
As dimensões da terra - Duarte Belo	página 5
Algumas notas sobre a pintura e a gravura rupestres prehistóricas, a propósito do complexo do Côa - Álvaro Almeida	página 9
Parque arqueológico do Côa: ideias e propostas para um projecto - Virgílio Hipólito Correia, Alexandra Cerveira Lima e António Manuel S. P. Silva	página 15
Mapa de implantação do complexo de arte rupestre do vale do Côa	página 17
As leis do património e a arte rupestre do Côa - Luís Raposo	página 19
Política e ciência na questão do Côa - João Zilhão	página 25
Foz Côa: para que servem os estudos de impacte ambiental? - Rui Cortes	página 29
Uma estrela secundária - Manuel Carvalho	página 31
O poder aprendeu a lição - Valentina Marcelino	página 35
Mira Amaral ministro da cultura? Brr!! - Hermínio Monteiro	página 37
As gravuras não sabem nadar - José Manuel da Costa Ribeiro	página 39
Eu bebo porto do paleolítico - José A. Salvador	página 43
As fotografias são de Duarte Belo	

O PODER APRENDEU A LIÇÃO

Perceber o papel que teve a comunicação social na polémica das gravuras rupestres de Foz Côa resume-se à resposta à seguinte pergunta: teria sido possível há vinte anos sem uma imprensa livre? Está claro que não. E a melhor prova são as mais de vinte mil gravuras rupestres pós-paleolíticas afogadas no Tejo no início dos anos setenta, na barragem do Fratel. Nem os arqueólogos, que então as estudaram, nem os jornais, ou-saram pôr em causa o empreendimento hidroeléctrico.

Foz Côa não é um caso criado pela imprensa, como alguns querem fazer acreditar, mas sim um caso, tal como muitos outros que tem enchido as primeiras páginas dos últimos anos, que existe porque existe uma imprensa livre. Além disso, todo o enredo dos acontecimentos, é simplesmente aquilo a que se chama no jornalismo, uma «grande história». Seria notícia em qualquer país do mundo com uma imprensa livre. Sem qualquer tipo de sensacionalismo. Não faltaram todos os condimentos necessários para despertar a atenção dos jornalistas. Logo de início foi palpitante: um arqueólogo era acusado por colegas por ter ocultado uma descoberta espectacular, durante dois anos, alegadamente porque a sua divulgação poderia impedir uma grande empresa, a qual lhe pagava os trabalhos, de fazer uma obra. Pior, os seus superiores hierárquicos saberiam do segredo e também nada disseram. Não conheço jornalista sério que não se delicie com uma história destas. Podia ter ficado por aí. Pela denúncia do “segredo de Rebanda”.

Mas começou a investigação, havia respostas que tinham que ser dadas e era preciso ir ao fundo da questão. Sem quererem, os personagens principais da peça ainda vieram empurrar mais o assunto para as páginas dos jornais. Não pelo que disseram, mas pelo que não explicaram. Lembro-me que, assim que comecei a querer ouvir todos os intervenientes, desde o IPPAR à EDP, e o próprio descobridor, encontrei o silêncio, o que me irritou profundamente e fez com que ficasse desconfiada.

Ainda está por responder o primeiro fax que enviei para o IPPAR depois de Mila Simões de Abreu me ter contado a sua versão, no qual, ingenuamente, solicitava a «biografia do arqueólogo Nelson Rebanda, a data da primeira comunicação oficial de N. R. ao IPPAR, sobre a descoberta; cópia dessa mesma comunicação e o texto do protocolo IPPAR/EDP». De tudo só fiquei a saber que «o técnico, há cerca de um ano e meio (...) dava notícias da descoberta parcial das gravuras ».

O facto é que as entidades oficiais começaram logo a portar-se mal. Sonegavam informação, contradiziam-se e, para cúmulo geral, chegavam a dizer uma coisa a um jornal e depois, outra, completamente oposta, a outro. Não eram os órgãos de comunicação a «inventar» uma polémica. Ela era-lhes oferecida em salva de prata. Claro que o facto de verem cada comentário menos feliz que faziam, nos jornais, os «enervou» ainda mais, provocando uma produção maior de contradições. Aproveitada até ao tutano pelos arqueólogos nacionais, cuja causa já tinha conquistado a simpatia da imprensa.

Depois de todas as denúncias feitas e de terem sido identificados os responsáveis, acredito que a história não iria muito mais longe, se não fosse um outro personagem entrar em cena: a imprensa estrangeira. Ver os mais importantes jornais internacionais anunciarem que, em Foz Côa, uma descoberta arqueológica importantíssima estava em riscos de ser submergida por uma barragem, mexeu com muitas consciências. Principalmente com as dos políticos. E os chefes de redacção dos jornais portugueses também concordaram que, afinal, a história ainda não tinha acabado. Como é que noutros países era notícia e cá não?

Os repórteres estrangeiros que escreveram sobre o escândalo colocaram o dedo na ferida certa, sem perderem tempo, como os nacionais, em dar voz a «guerrinhas» entre arqueólogos, entre engenheiros ou entre engenheiros e arqueólogos. Para a comunicação social americana, inglesa, francesa ou

espanhola, a questão era muito clara: a maior jazida do planeta de arte rupestre do Paleolítico ao ar livre estava ameaçada por uma barragem. Esta é a reportagem. Esta é, de facto, a «grande história». De resto, se o IPPAR estava a fazer estudos, se a EDP prometia fazer um museu ou se o primeiro ministro garante que as gravuras serão preservadas, foi-lhes indiferente. Não houve uma linha sobre isso.

A verdade é que nos dias de hoje, nos países ditos «civilizados», as heranças do passado, do património histórico, são cada vez mais importantes para a afirmação e reforço de uma identidade nacional e para uma consciência de nação. É por isso difícil que se entenda uma destruição, mesmo que parcial, de um testemunho do passado com a importância da arte rupestre de Foz Côa. E tanto os jornalistas estrangeiros, como os portugueses, sabem-no. Podem não tomar partido, pois a objectividade a isso aconselha, mas não deixam de ser sensíveis a essas questões. Muito mais, se se tratar de uma coisa única no mundo, capaz mesmo de obrigar os historiadores a reescrever a história.

Os jornalistas portugueses deram toda a informação necessária e denunciaram o que havia para denunciar. Inclusive, foram subindo, degrau a degrau, na hierarquia dos responsáveis oficiais, na procura de explicações. Primeiro foi Santos Pinheiro, presidente do IPPAR, o mais pretendido, depois passou a ser Manuel Frexes, subsecretário de Estado da Cultura e, por fim, o próprio primeiro-ministro. Unanimemente, todos defenderam a preservação das gravuras, satisfazendo a pretensão da comunidade científica, embora sem grandes resultados práticos, pois a barragem continua a ser constru-

ída. Mas isso é outra conversa.

Agora chegou-se a uma fase em que os jornalistas que denunciaram e mais escreveram sobre o assunto, encaram o maior dos dilemas. Sabem a história desde o início, sabem quem mentiu, quem se contradisse, já ouviram centenas de pessoas... enfim têm informação suficiente para saberem de que lado está a razão. Cada vez há mais dúvidas em relação à real necessidade da barragem naquele local, e, por outro lado, não as há sobre a importância das gravuras e a repercussão que um Parque Arqueológico poderia ter no desenvolvimento da região. E é esse o dilema. Será que os jornalistas devem ir mais longe? O rigor e a imparcialidade obrigam-me a dizer que não. A informação foi toda dada. Nunca a EDP e IPPAR foram tão impopulares, nem nunca se falou tanto em arqueologia no nosso país. Em Portugal não há ninguém que não saiba o que são as gravuras rupestres de Foz Côa. E o Côa também atravessou fronteiras. Cabe à sociedade civil pesar os interesses em jogo e lutar por aquilo em que acredita. Como dizia um amigo meu, ferrenho adepto do Parque Arqueológico, «**agora, só se nos atarmos às rochas para a EDP não as tirar de lá**». Atem-se às rochas para que não as ponham a voar. Ou explodam-nas se quiserem a barragem. Quanto ao poder político, este caso serviu-lhes de lição.

Em Portugal já não é possível esconder informação que se deve dar, nem tomar decisões sem ter em conta a opinião pública. E os jornalistas estão cada vez mais atentos a qualquer passo em falso.

Valentina Marcelino
jornalista do Expresso



Figuras de animais, entre os quais um cabrito montês, gravados em xisto, no sítio da Penascosa.



PROJECTO PATRIMÓNIO

é propriedade da associação "Projecto Património",
com sede na Rua Ruy Gameiro, 232 - 4º E - 2745 QUELUZ.

Depósito Legal nº 90830/ 95

Registo nº 119101

Distribuição gratuita aos associados.